



Renascimento libertário da luta de rua

Douglas Anfra

Permanece uma pergunta importante sobre as manifestações deste ano: por que o movimento libertário retornou com tanta força? Esta é uma pergunta difícil de responder encarando seja o grupo social, a ideologia ou a ferramenta de organização, assim como também é difícil compreender como ressurgem os meios de combate de rua, as formas da insurreição popular como a barricada, ressignificada como tática de defesa para algo performático (que atesta que o povo resiste) e o retardo dos corpos blindados, assim como o confronto moderno desarmado ou no máximo com armamentos de baixa intensidade como pedras e molotovs simplificados pelo mundo afora contra o poder armado e os símbolos do Capital e do poder de estado.

Certamente os participantes que usam destes recursos podem ser considerados desvantajosamente desarmados e expostos ao perigo frente ao poder de Estado, pois ele é pesadamente armado com o que há de mais moderno no mercado da repressão,¹ não só pelas armas letais, mas as incapacitantes como o gás que pode matar (e já matou duas pessoas), as armas sônicas, *drones*, armamento de tinta para marcação, além da mudança recente da tática de “dispersão” dos atos para uma repressão concentrada, mais agressiva e militarizada (do tipo “perseguir e destruir”) iniciada antes mesmo do aparecimento no Brasil de outra tática anarquista de confronto de rua, a formação de Black Blocks.

Mas antes é importante lembrar que seus principais detratores à esquerda, que acham que o anarquismo e a ação política espontânea deveriam desaparecer, pouco antes diminuía vertiginosamente o número de militantes a ponto de

1. Mercado liderado mundialmente pela *Condor* do Brasil, mesma empresa que exporta armamento para a repressão nos países árabes e na África

chamarem campanhas de filiação em solidariedade contra a possível extinção. E quando iam para as ruas, tudo seguia um ritual coordenado e orquestrado com uma ordem em que o carro de som dizia o que achavam necessário, as pessoas seguiam um percurso definido e cada vez menos pessoas participavam, mesmo entre seus apoiadores nas universidades. É evidente que este esvaziamento, como todas as crises políticas, tinha uma razão universal alegada: “a crise de direção”, argumento que, na verdade, menos que justificar o esforço revolucionário parecia explicar um tipo de revezamento de poder (ainda que na força) entre as organizações que regiam os ciclos de ação.

Eram raras as vezes em que entravam em situações de confronto, mantendo-se o acordo com a polícia em que, mesmo os militantes mantendo a ordem disciplinada, ainda assim os atacava para encerrar os atos. O que era um momento esperado, pois parecia a oportunidade dos partidos e movimentos sociais buscarem solidariedade para suas pautas através da denúncia da violência, o que, curiosamente, causava cada vez menos efeito.

Acredito que isto se daria primeiro por que a violência cotidiana contra os pobres supera em muito a repressão policial às manifestações; segundo, por que há hoje pouca solidariedade com os grupos de esquerda que não conseguem fazer sua mensagem ser divulgada num contexto de criminalização (e descrédito) dos movimentos sociais e terceiro, por que o trânsito era defendido a todo custo e sua interrupção, mesmo entre estudantes, era considerado algo próximo ao terrorismo (ideologia que chega hoje ao cume com o projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) em trâmite no congresso que tipifica o terrorismo contra coisas), de modo que os poucos que desafiavam ou questionavam esse roteiro eram duramente criticados pelos movimentos que organizavam os atos e se assenhoravam deles.

Se considerarmos que os atos são o principal campo tanto da reivindicação de direitos quanto da luta contra a perda deles, a falta de combatividade e apoio se torna uma questão muito grave, especialmente se pensarmos nos direitos sociais da constituição de 1988 que são formalmente colocados, mas até hoje nunca implementados. Ou os direitos trabalhistas e mesmo o direito à vida, ameaçados por projetos modernizantes e conservadores, tanto neoliberais quanto neodesenvolvimentistas como a ameaça nunca confrontada pelos seguidos governos representada pela polícia que mais mata no mundo e que segue uma ideologia militar que nos torna todos inimigos.

Frente a isso, o MPL permitiu, graças à dura coerência política, abrir as ruas aos participantes de modo mais horizontal, sem carro de som e uma ordem tão estrita, o que trouxe, por sua vez, uma “incoerência” política nas posições presentes que precisavam ser disputadas *in loco* e não mais de cima abaixo. Entre as massas vieram inicialmente os milhares de estudantes

do ensino médio público presentes desde os primeiros atos (tão desejadas por todos os partidos sem que sua mensagem conseguisse chegar de fato a eles), e com elas a característica chocante aos militantes organizados de não seguirem tranquilamente um roteiro pré-determinado e, principalmente, de não fugirem da polícia.

Como na política, as ruas deixavam de ser um agrupamento coeso no qual se poderia disputar uma liderança que comporia um corpo uniforme, passando a ser campo das novas disputas e do surgimento de lideranças. Do mesmo modo, abriu seu flanco à participação de diversos grupos, entre os quais a direita organizada de rua, como os fascistas presentes ali no corpo a corpo ou pessoas que nunca participaram da política. Certamente, um cenário não esperado nem desejado por muitos que perceberam que não são donos das ruas e que o distanciamento com o povo não permitia uma aproximação espontânea, pois há mais atores e posições políticas do que poderiam compreender e disciplinar.

De tudo isso resulta um saldo surpreendente, pois mesmo estas pessoas que nunca participaram de atos se solidarizaram contra a violência e passaram a ter um aprendizado político, a despeito das organizações políticas tradicionais que mantinham outro programa e passaram a não ter medo da polícia, assumindo o risco de se manifestar e de serem capazes de se reorganizar mesmo após a repressão. Além disso, algo notável foi que especialmente onde eles continuaram se encontrando com constância como no Rio e em Minas Gerais, os manifestantes chegaram a solidarizar-se de modo inédito inclusive contra a violência policial que atinge os favelados, que sempre são ignorados pelos moradores dos centros urbanos.

Apesar disso, também é preciso lembrar outro aspecto notável: as mortes do movimento libertário que sucedem na história condenando esse aprendizado espontâneo e coletivo que sempre surpreendem o movimento organizado. Frente a isso, restam as dúvidas que inspiram este momento político como o da possibilidade do surgimento de um ou vários movimentos organizados capazes de manter os elementos mais importantes desta mobilização em um processo constante.

Essa é uma pergunta que podemos fazer olhando para o MPL e nos perguntando se seu exemplo de trabalho de base (em grande parte abandonado pela esquerda partidária hoje) pode ser reproduzido e poderá ser seguido por outras organizações libertárias ou não e mais: se isso será capaz de influenciar as demais organizações de esquerda partidária a um novo ciclo de mobilização e trabalho de base, trazendo mais reconhecimento tanto às bandeiras pretas quando às vermelhas.